



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0008633-97.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Adalberto Pedro Rosa**
 Requerido: **Delegado de Polícia Diretor da 26ª Ciretran Circunscrição Reg de Transito de S Carlos Sp e outro**

CONCLUSÃO

Em 30 de julho de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr^a. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Carlos A. B. Pereira, Esc. Subsc.

Vistos.

ADALBERTO PEDRO ROSA impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pelo Delegado da 26ª CIRETRAN, que lhe teria negado a mudança de categoria de sua Carteira de Habilitação para letra “D”, tendo em vista o fato de constar ilegalmente em seu prontuário pontuação que são objetos de recurso na esfera administrativa e, portanto, estaria sendo punido antecipadamente, o que afronta seu direito de ampla defesa, mesmo na esfera administrativa.

A liminar foi deferida (fls. 37/37 - verso). A Fazenda Pública do Estado de São Paulo requereu a intervenção no feito (fls. 41). Seguiram-se as informações (fls. 49/51), o Ministério Público declinou de funcionar no feito (fls. 52/52- verso). A Fazenda Pública do Estado de São Paulo foi admitida como assistente litisconsorcial (fls. 55).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O mandado de segurança não se presta a discutir hipóteses injustas ao ver do interessado, mas a coibir atos administrativos ilegais ou maculados por desvio de finalidade ou abuso de direito.

Direito líquido e certo, na conceituação do saudoso administrativista Hely Lopes Meirelles, “é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante; se a sua existência for duvidosa; se a sua extensão ainda não estiver delimitada; se o seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais”.

O CTB não prevê, diretamente, a possibilidade do condutor habilitado na categoria “C” mudar para a categoria “D” e o impetrante sustenta que está sendo afrontado direito líquido e certo seu. O artigo 145 do CTB estabelece que: *Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos: (...) III – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses”.*

De acordo com a informação da autoridade coatora o impetrante possui 21 pontos em seu prontuário.

Assim, não preenche um dos requisitos legais.

Por outro lado, as autuações foram feitas por outros órgãos da administração e o impetrante não demonstrou ter, neles, apresentado defesa administrativa tempestivamente, só o fazendo agora.

Além disso, não se pode olvidar que no caso não se aplica a mesma regra para a renovação de Carteira Nacional de Habilitação, vez que, para que o motorista obtenha a mudança de letra da CNH, deverá cumprir os requisitos previstos no artigo 145 do Código de Trânsito Brasileiro.

A alegação de que teve cerceado seu direito de defesa não é válida, portanto, já que cabíveis os recursos próprios em relação às autuações e, uma vez reconhecida eventual irregularidade naquelas, poderá o impetrante pleitear a modificação de letra de sua CNH.

Assim, para ter sucesso na presente demanda, seria necessário à impetrante comprovar seu direito líquido e certo à modificação de letra da Carteira Nacional de Habilitação, o que não ocorreu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando a impetrante com as custas processuais,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

ressalvado o disposto no art. 12 da Lei de Assistência Judiciária. Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Revogo a liminar concedida.

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

P.R.I.

São Carlos, 15 de outubro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**